

SérieAnis

Bioética • Ética • Feminismo • Gênero • Direitos Humanos • Justiça • Desenvolvimento Social

Mulheres e Ciência

Silvia Yannoulas¹

Abstract

This study aims at analyzing women's problematic relationship with scientific knowledge, academic institutions, and the legitimation of knowledge as scientific understanding. As such, the inclusion/exclusion of women in the universities it tackled; their differentiated trajectories as students, researchers, and teacher is explained; the feminization of scientific knowledge or the incorporation of women's problems and perspectives in the elaboration and consolidation of scientific knowledge is presented; the notion of vocation in the choice of profession and university-level studies is put forth; and the power disputes between men and women in the academies is discussed, especially in consideration of the role of meritocracy in the academic environment.

Key words: androcentrism, gender studies, feminization, meritocracy, university

Resumen

El presente estudio pretende analizar la relación conflictiva de las mujeres con los saberes científicos, con las instituciones académicas y con la legitimación de los saberes como conocimiento científico. Para tanto, aborda la historia de la exclusión/inclusión de las mujeres en las universidades; relata las trayectorias diferenciadas de las mujeres como estudiantes, investigadoras y profesoras; presenta la feminización del conocimiento científico o la incorporación de los problemas y perspectivas de las mujeres en la elaboración y consolidación de los conocimientos científicos; problematiza la noción de vocación en la elección de la profesión y de los estudios superiores; y trata de las disputas de poder entre hombres y mujeres en las academias científicas - especialmente considerando el papel de la meritocracia en el ámbito académico.

Palabras clave: androcentrismo, estudios de género, feminización, meritocracia, universidad

Resumo

O presente estudo objetiva analisar a relação conflituosa das mulheres com os saberes científicos, as instituições acadêmicas e a legitimação dos saberes como conhecimento científico. Para tanto, aborda a história da exclusão/inclusão das mulheres das universidades; relata as trajetórias diferenciadas delas como estudantes, pesquisadoras e professoras; apresenta a feminização do conhecimento científico ou a incorporação dos problemas e perspectivas das mulheres na elaboração e consolidação dos conhecimentos científicos; problematiza a noção de vocação na escolha da profissão e dos estudos superiores; discorre sobre as disputas de poder entre homens e mulheres nas academias – especialmente considerando o papel da meritocracia no âmbito acadêmico.

Palavras-chave: androcentrismo, estudos de gênero, feminização, meritocracia, universidade

SérieAnis

Bioética • Ética • Feminismo • Gênero • Direitos Humanos • Justiça • Desenvolvimento Social

Apresentação

As reflexões a seguir encontram sua origem em duas pesquisas realizadas pela equipe de Gênero da Faculdade Latino-americana de Ciências Sociais (FLACSO/Brasil): a) uma pesquisa nacional sobre mulheres e políticas públicas de trabalho e geração de renda²; e b) uma pesquisa latino-americana sobre equidade de gênero na ciência e na tecnologia, realizada no âmbito do Brasil pela FLACSO/Brasil, e coordenada pela Cátedra Regional UNESCO Mulher, Ciência e Tecnologia³.

Entretanto, os resultados mais gerais dessas pesquisas são hoje retomados neste artigo, visando alargar o olhar sobre as mulheres na ciência. Nossa intenção é refletir sobre as barreiras intangíveis ou tetos de cristal que as mulheres deverão aprender a ultrapassar, “quebrar”, neutralizar, no esforço por obter reconhecimento ao seu trabalho científico, sem perder qualidade de vida na tentativa!

Androcentrismo Científico

Como instituição que faz parte do sistema educativo, a universidade é um espaço socialmente diferenciador, enquanto mecanismo de inclusão/exclusão (ter um título universitário não é o mesmo que não tê-lo), como também (e cada vez mais a partir da instauração dos atuais processos de avaliação universitária), por meio de mecanismos internos que classificam, ordenam e hierarquizam os corpos docente e discente, as disciplinas científicas, as instituições de nível superior, os grupos de pesquisadores, etc.

Ao incorporar grupos sociais historicamente excluídos pelos processos articulados de massificação e feminilização dos estudos superiores, a universidade manteve e talvez aprofundou as desigualdades, através de sua organização, localização, currículos, regulamentos, sistemas de avaliação, classificações dos e das pesquisadoras, entre outros aspectos.

A crescente presença das mulheres e das cientistas feministas nas Universidades no século XX contribuiu para a emergência da percepção das mulheres como sujeito e objeto de pesquisa e, simultaneamente, para a transformação dos parâmetros androcêntricos da ciência moderna. A institucionalização de Núcleos de Estudos da Mulher, Estudos Feministas, Estudos de Gênero e Relações de Gênero nas universidades produziram o aporte de importantes categorias críticas de análise.

Os Estudos de Gênero desestabilizaram e redimensionaram as concepções epistemológicas tradicionais da ciência moderna, enriquecendo-as ao adotar um ponto de vista não discriminatório. O objetivo fundamental das cientistas feministas

tem sido o de propiciar um re-acondicionamento do espaço científico e estimular a produção de um conhecimento científico não sexista. Nossa intenção neste artigo é explorar quanto ainda resta por fazer neste sentido.

A exclusão das mulheres na construção dos saberes legitimados tem sido criticada a partir das diferentes posturas do feminismo acadêmico. Ou, de outra maneira, o caráter androcêntrico do conhecimento científico pode ser analisado em duas vertentes: a excludente e a includente.

A primeira se estabelece historicamente ao se negar o acesso à produção, circulação e apropriação do conhecimento científico por parte da metade da humanidade: as mulheres. A segunda vertente, o androcentrismo inclusivo, se manifesta a partir da incorporação das mulheres nos espaços de produção, circulação e apropriação do conhecimento científico (principalmente na academia), permanecendo, no entanto, a omissão com respeito à condição sexuada do/a sujeito que constrói o conhecimento e das mulheres como objeto de estudo, ou seja, desconhecendo o enfoque de gênero no conteúdo e na metodologia da produção científica.

Ambas vertentes do androcentrismo científico estão intrinsecamente articuladas, sendo que uma fica incompreensível sem a outra. Nos concentraremos na análise do androcentrismo excludente, ou seja, do acesso à produção, circulação e apropriação do conhecimento científico por parte das mulheres, sem entretanto desconhecer a existência da outra variante do androcentrismo⁴.

O Gênero dos Cursos de Graduação

Os estudos recentes sobre a inserção das mulheres nas universidades indicam uma tendência constante ao predomínio das mulheres na matrícula e nos egressos da graduação universitária. Não obstante os avanços registrados no que se refere às oportunidades educacionais das mulheres, seu ingresso na universidade não foi homogêneo, havendo umas poucas áreas ou disciplinas científicas com notável concentração de mulheres, e outras múltiplas com concentração de homens, refletindo forte associação com modelos culturais vigentes (ver MONTECINO y OBACH, 1999).

Há uma tendência constante apontada pelos dados estatísticos consultados, que indicaria um aumento comparativo constante na quantidade de mulheres que concluem estudos nas universidades brasileiras comparado à quantidade de jovens de sexo masculino egressos do ensino superior. Assim, em 1985 as mulheres representavam 49,4% dos egressos

SérieAnis

Bioética • Ética • Feminismo • Gênero • Direitos Humanos • Justiça • Desenvolvimento Social

universitários. Em 1999 as mulheres representavam 61,4% dos egressos, perante apenas 38,6% de egressos masculinos (ver IBGE 1999 e MEC 2000).

Entretanto, é necessário considerar também o tipo de estudos superiores, pois ainda é possível observar qualitativamente uma diferença importante entre os jovens de ambos sexos. Em 1999 os jovens constituíam 95,4% do corpo discente da Engenharia Mecânica no Brasil, e as jovens 86% do corpo discente nos cursos de Letras. (ROSEMBERG, 2001).

Elas detectariam melhores condições que eles quanto ao acesso e à permanência – especialmente na graduação. Porém, as trajetórias, os tempos e os percursos ao interior da universidade são claramente diferenciados, realizando escolhas muito distintas quando consideramos as áreas disciplinares, conforme demonstrado pelos estudos de ROSEMBERG (2001) e TABAK (2002).

Observa-se a tendência de agrupamento das alunas universitárias em disciplinas vinculadas aos serviços, como são as profissões das áreas de Comunicação, Educação, Humanidades e Saúde. As carreiras mais fortemente vinculadas à produção, como as Ciências Agropecuárias e as Engenharias, permanecem com o corpo discente fundamentalmente masculino. Mulheres e homens freqüentam o mesmo espaço universitário, porém realizam trajetórias educativas diferenciadas, com saídas profissionais diversificadas e percursos ocupacionais heterogêneos.

O Gênero dos Cursos de Pós-graduação

De maneira congruente com as afirmações realizadas sobre as opções disciplinares das estudantes, os dados sobre os e as estudantes de pós-graduação no Brasil indicariam que áreas como ciências exatas e da terra, ciências biológicas, engenharias, e ciências da computação incluem predominantemente homens, e ciências humanas, sociais, sociais aplicadas, da saúde, letras e artes aparecem com predomínio nítido de pesquisadoras (ver CONSELHO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO CIENTÍFICO E TECNOLÓGICO, 2002).

Vejam agora o que acontece com os tempos de estudar na universidade, e, mais especificamente, com a duração dos estudos. O predomínio masculino aparece e se acentua na pós-graduação e nos estudos de pós-doutorado, bem como na inserção no quadro funcional nas universidades como docentes e liderança universitária. Segundo os dados do CNPq para 2000 (CNPq, 2002) do total de pesquisadores com mestrado concluído, 7.921 eram mulheres (51,57%). Porém, do total de pesquisadores doutores, as mulheres

representavam apenas 37,63% (11.826 pesquisadoras com doutorado).

Isto é: as estatísticas indicariam que quanto mais alto o nível de qualificação dos pesquisadores ativos e registrados pelo CNPq, maior o predomínio masculino. Também outros dados confirmam as consistentes vantagens masculinas no mundo científico, como por exemplo, o local de realização dos estudos de doutorado e pós-doutorado ou as áreas de conhecimento escolhidas, entre outros dados.

GUIMARÃES, LOURENÇO E COSAC (2001) explicam que no momento de maior expansão dos estudos de pós-graduação, as mulheres não postulavam candidaturas para doutorado no exterior principalmente por duas razões: a) existência de maiores dificuldades para afastamento de longo prazo em função das expectativas sociais hegemônicas sobre a maternidade, e b) os preconceitos nas bancas examinadoras com relação ao outorgamento de bolsas e subsídios para as mulheres. Assim, somente 25,8 % das pesquisadoras incluídas no censo de 2000 realizado pelo CNPq tiveram seus estudos de doutorado concluídos no exterior.

Os entrevistados por ocasião da pesquisa da Cátedra UNESCO mencionaram freqüentemente a primeira das duas razões - sobre a existência de expectativas em torno da maternidade. Família e trabalho profissional: "Nesse período que eu falo que a profissão estava acima de qualquer coisa, você não tinha tempo, a não ser para aquilo, é o que eu chamo de mergulho, que eu acho que as mulheres não fazem. O homem não tem essa característica da mãe. Eu tenho um caso aqui dentro de uma mulher com essas características, ela coloca a atividade profissional acima de tudo, mas aí ela não tem namorado, não tem amante, não tem gato, não tem papagaio e isso, digamos assim, é a solidão do sucesso profissional."

Mas a segunda razão – sobre os preconceitos existentes nos tribunais examinadores - foi amplamente desconhecida. Entretanto, mecanismos dessa natureza operam ainda hoje, o que indicaria a necessidade de realizar processos de sensibilização sobre questões de gênero em ampla escala. Voltaremos sobre este tema.

Quanto as diferenças regionais, quase 60% das atividades de pesquisa e pós-graduação estão concentradas na Região Sudeste, sendo São Paulo a UF líder indiscutível, pelo número de grupos dedicados às atividades mencionadas. A concentração ainda é maior quando são considerados apenas os grupos com maiores qualificações: 80% dos grupos considerados consolidados e de excelência estão concentrados na Região Sudeste. (CNPQ, 2002).

SérieAnis

Bioética • Ética • Feminismo • Gênero • Direitos Humanos • Justiça • Desenvolvimento Social

Explicando as Diferenças

Segundo os e as entrevistadas por ocasião da mencionada pesquisa exploratória, a situação ainda desfavorável para as mulheres na ciência é explicável pelas seguintes razões:

- a) a permanência de pautas culturais que superestimam o papel da mulher na família e subestimam o papel das mulheres na ciência;
- b) a persistência de estereótipos sobre as mulheres, que de maneira explícita ou implícita condicionam as eleições profissionais das mulheres, ou condicionam sua mobilidade ascendente dentro do âmbito acadêmico.

São variadas as razões apontadas pelos e pelas entrevistadas para explicar as diferenças nas maneiras de inserção de homens e mulheres nas universidades e no mundo acadêmico. A maioria saliente os estereótipos, originários fora do mundo acadêmico porém em constante interação com ele. Os estereótipos funcionariam como produtores de tensão para as mulheres, pois propõem um ideal feminino que as afasta do mundo acadêmico e científico: "Agora, se você perguntar se foi traumático, foi terrivelmente traumático, porque na minha cabeça eu fiquei dividida entre largar tudo, que eu ficaria extremamente frustrada, e ficar com a minha família, com a minha filha, dando atenção, ou não dar atenção nenhuma para eles e tocar meu trabalho e ficar arrependida porque poderia vir a ter algum problema de saúde por não ter amamentado."

Os estereótipos inclusive limitariam a auto-percepção das lideranças científicas femininas: "Nas associações e nas federações a maioria dos cargos deliberativos e de liderança são ocupados por homens. Eu me lembro que eu mesma me senti uma inadequada. Quer dizer, você mesma não está tão confortável, porque também tem o processo cultural. Mesmo que você faça, você tem atitudes que de alguma forma mostra que o processo da auto-estima não está mesmo livre das cargas culturais."

Os estereótipos seriam mais fortes em algumas regiões do País, nas quais as mudanças nas pautas culturais seriam mais demoradas. Outras regiões, entretanto, estariam orientadas à produção de mudanças significativas quanto às relações de gênero. "Eu queria complementar o seguinte: talvez seja uma coisa importante que no caso brasileiro essa discriminação, ela tem um componente regional, ela é distinta, quer dizer a permeabilidade, a facilidade de acesso profissional da mulher ela é muito distinta pelas regiões do Brasil, então há, sem dúvida, profissões que são mais difíceis para a mulher

em determinadas regiões do que em outras, evidente que no Sul do Brasil é mais fácil para as mulheres chegar a cargos de liderança, reitorias, etc. E se você começa a transitar em direção ao Nordeste, à região Norte do País, você vai ver que esse universo é ainda muito mais masculino, e você tem discriminações maiores e menores possibilidades de acesso da mulher a cargos de direção, de liderança."

Entretanto, os mesmos entrevistados não percebem a necessidade de produzir propostas de política científica que influenciem nesse mapa desfavorável para as mulheres cientistas, visando eliminar ou amenizar os problemas claramente visualizados, pois:

- a situação atual se explicaria pelo ingresso tardio das mulheres no sistema universitário e científico, por tanto a mudança geracional alterará naturalmente essa situação – o problema da universidade atual é consequência de um passado;
- a situação atual se explicaria pelos condicionamentos culturais anteriores à eleição profissional das mulheres (escolha vocacional condicionada pela socialização inicial), por tanto a própria universidade não teria o que fazer.

Assim, e segundo nossos interlocutores/as, o problema atual da universidade e da academia como instituições sociais altamente generificadas tem raízes no passado e será naturalmente solucionado no futuro, sem necessidade ou opções de intervir no presente. Isto explica a pouca quantidade de propostas concretas relevadas ou conhecidas pelos entrevistados e entrevistadas, ao mesmo tempo que explica a grande rejeição pelas medidas afirmativas. Existiria uma percepção confusa da relação entre gênero e democracia na universidade e no mundo acadêmico: "Eu diria o seguinte: a administração democrática não é aquela que tem só mulher. E o fato de ser uma mulher não indica para mim, não garante que é uma coisa democrática, não. Indica que não há preconceito de gênero na escolha, só isso. No meu programa de pós-graduação são muito mais homens do que mulheres, e eu fui a primeira coordenadora e em nenhum momento nem sequer discutimos essa questão. Se você disser: 'ah, o programa da pós graduação é tão democrático e a primeira coordenadora foi uma mulher', todo mundo vai se olhar e vai achar esquisito. Agora, claro que se fosse a atitude contrária, e nunca nenhuma mulher chegasse a coordenação, a gente poderia aí pensar que tem o preconceito. Eu acho que entre pensar o preconceito e avaliar o resultado de todos os procedimentos, tem um caminho longo."

SérieAnis

Bioética • Ética • Feminismo • Gênero • Direitos Humanos • Justiça • Desenvolvimento Social

O mérito acadêmico é o mecanismo sempre evocado como o único possível para fomentar de maneira igualitária a mobilidade ascendente no sistema, ainda naqueles casos em que o entrevistado ou entrevistada relata experiências de discriminação negativa sofridas por elas ou por terceiras pessoas. Algumas poucas entrevistadas destacaram o gênero oculto no princípio do mérito: “Uma colega aqui diz que currículo de homem não deveria ser olhado com os mesmo olhos de currículo de mulher, que se a mulher tem dez trabalhos publicados, em dois anos, e o homem tem também dez nos mesmos dois anos, ele produz muito menos porque a mulher está trabalhando muito mais... Devia contar duas vezes!”

Entretanto, se o mérito científico aparece como único princípio válido para classificar os indivíduos no mundo acadêmico, a desautorização das premiações, da voz e da sabedoria femininas é permanente: “Quando você está numa reunião científica, o professor fulano de tal vira para ela e diz assim: “Fulana! Pode falar”, quando ela é uma pesquisadora nível I do CNPq, organizadora de eventos internacionais de porte, então ela é uma pessoa de peso na comunidade científica, mas ela é “Fulana”, não é a Doutora Garcia. Eu aqui dentro sou Mônica... ora, eu tenho doutorado, e não são muitas as pessoas aqui dentro que têm. (...) é uma coisa que eu acho que não é por maldade, é uma coisa que já é de cultura e que não incomoda a gente, mas chama a atenção.”

Elas muitas vezes se veem obrigadas a mudar seus comportamentos para poder realizar um desempenho aceitável para um mundo científico masculinizado: “No aspecto de ser mulher ou não ser mulher para mim é irrelevante... eu só acho graça na reação de algumas pessoas quando verificam que sou mulher. Percebo que para os outros não é irrelevante. Eles me acham, digamos assim, que eu tenho características masculinas. Por exemplo: eles esperam que a mulher seja mais doce... eu sou muito audaciosa e chego a ser dura, muito dura, tanto no que eu faço quanto no que eu escrevo”.

Porém, essa mudança de comportamento não é isenta dos sentimentos de culpa e inadequação já referidos anteriormente: “As mulheres estão na busca do poder. Isso não era tradicionalmente uma qualidade feminina, não é uma coisa introjetada desde a criança. Isso gera conflitos no âmbito científico como em outros âmbitos. E principalmente gera conflitos internos nas mulheres, mais do que nos homens.”

Com relação à capacidade intelectual das mulheres cientistas, os entrevistados e entrevistadas destacaram a existência de

algumas qualidades “essencialmente” femininas, por exemplo: as mulheres desenvolveriam uma lógica de pensamento diferente, elas utilizariam mais a intuição, seriam menos talentosas porém mais dedicadas e organizadas, são melhores na gestão administrativa e na condução de equipes por saberem apreciar melhor as qualidades dos membros, possuem grande sensibilidade para lidar com os problemas pessoais dos funcionários, apresentam melhores desempenho no laboratório pela semelhança com os trabalhos domésticos, entre outros aspectos destacados: “Inclusive, eu acho que alguns afazeres domésticos fazem até as mulheres ficarem mais ativas em alguma coisa, porque têm alguns meninos que não sabem virar um líquido em um tubo de ensaio, porque eles nunca fizeram esses afazeres, eles não têm essas habilidades manuais, então até em um laboratório, elas podem se sair melhor, elas sabem virar um copo no outro sem jogar no chão!”

Resulta interessante comentar aqui a persistência de estereótipos sobre as mulheres e os homens na hora de analisar o desempenho desigual da comunidade científica quando considerada desde o enfoque de gênero. Ainda nos casos em que as pessoas se definem como defensoras da igualdade entre os gêneros, são apreciadas de maneira diferencial as qualidades dos gêneros para o desenvolvimento das tarefas propriamente científicas: “Você é sempre resultado do seu tempo. Hoje você percebe que os homens têm uma capacitação mais analítica, mais de dados que exigem uma abstração muito grande, e você vai ter dificuldade de tratar isso com mulheres. Por exemplo, você pega uma turma de matemática... provavelmente a maioria é mulher, mas as cabeças que conseguem mergulhar (...) naquelas áreas de alta abstração, não serão mulheres. Tudo depende da cultura.”

Ainda que pouco representativas do conjunto de entrevistados e entrevistadas, foi alarmante descobrir que, após um século de inserção das mulheres nas universidades, continuam circulando estereótipos negativos quanto à capacidade limitada das mulheres para tarefas objetivas e abstratas, dificuldades para a realização de raciocínios científicos, falta de localização espaço-temporal, desvantagem para compreender a lógica científica, entre outros: “Tem um aspecto que a gente não pode negar, e é que a mulher muitas vezes teria maneira de pensar diferente da maneira do homem, ou maneira de agir. Em geral, pelo que eu tenho sentido, ela tem uma tendência a ser muito intuitiva(...) Não é que a mulher seja irracional, não quero dizer isso, talvez a mulher tenha uma qualidade a mais que seja a intuição.”

SérieAnis

Bioética • Ética • Feminismo • Gênero • Direitos Humanos • Justiça • Desenvolvimento Social

Em alguns momentos do diálogo, percebemos o mal sucedido esforço dos e das entrevistadas por encontrar alguma raiz biológica nas diferenças constatadas quanto as trajetórias femininas e masculinas na ciência: “Eu estou querendo dizer que a mulher tem altos e baixos, mas consegue manter uma amplitude menor, ela é mais constante no desenvolvimento de uma atividade. O homem talvez faça isso (picos). Nesses picos, tanto positivos, quanto negativos, é que surgem as genialidades. Vem uma pergunta científica: seria possível um ato de genialidade, um pico desses, em um momento do ciclo menstrual, por exemplo?”

A localização externa ao mundo acadêmico dos problemas decorrentes da discriminação com base no gênero é reforçada em várias ocasiões, das mais diversas maneiras. Inclusive, é destacada como elemento que condicionará a culminação dos estudos por conta da realização dos estágios supervisionados obrigatórios: “Quando eu tinha alunas que queriam fazer estágio na construção civil, eu tinha problema para encontrar empresas que as acolhessem. As pessoas basicamente falavam que as mulheres perturbavam o ambiente de trabalho, não no sentido de falar ou... eles diziam que perturbavam sensorialmente as pessoas.”

Ações Afirmativas no Mundo Acadêmico?

Não existiria consciência consolidada na comunidade acadêmico-científica sobre a necessidade de se propor medidas específicas que fomentem relações de gênero igualitárias entre os e as cientistas (ao contrário, haveria um alto grau de rejeição, principalmente às propostas de ações afirmativas), sustentada pelos seguintes pressupostos:

- a) os preconceitos de gênero são gerados antes da entrada dos jovens na universidade –e, portanto, caso alguma medida seja recomendada, deveria estar destinada aos primeiros momentos do sistema escolar ou ao momento da eleição do tipo de curso superior;
- b) os preconceitos de gênero que “houve” na academia já estariam ultrapassados, e suas consequências (especialização das mulheres em determinadas disciplinas, dificuldades para ocuparem altos cargos na hierarquia acadêmica, etc.) estariam começando a ser neutralizadas como um processo natural decorrente do ingresso maciço das mulheres nos estudos universitários e nos centros de pesquisa;

- c) o campo da ciência e da tecnologia basearia suas premiações e recompensas materiais e simbólicas no mérito, e esse mérito seria independente do gênero, mas atrelado a uma competência e a uma produtividade assexuadas;
- d) não existe indício de consideração dos cientistas sob a ótica de trabalhadores assalariados, e portanto é de difícil reconhecimento a necessidade de se implementar, minimamente, as mesmas políticas de proteção ao trabalho feminino que já vigoram no mercado de trabalho extra-científico (por exemplo, licença maternidade remunerada para as bolsistas, ou construção de creches nos centros de pesquisa). Apesar de “não-dito”, pareceria existir um mito de superioridade pela utilização da razão e da mente, que deixaria os cientistas por fora do mundo material das necessidades básicas humanas.

Algumas poucas vezes defenderiam a existência de mecanismos que favoreçam expressamente a participação das mulheres na academia e na ciência: “...Eu acho que você tem que criar mecanismos que tornem essa questão gerenciável. Como eu falei, a questão da existência de creche, criar licenças maternidade e paternidade, de você criar espaço, dentro da atividade profissional, para uma amamentação. Essas são duas questões fundamentais; primeiro dentro do lar, e depois, nessa questão de viabilizar alguns mecanismos que tornem possível essa compatibilidade entre a atividade profissional e a atividade familiar.”

A questão do mérito permeia todas as imagens produzidas ou evocadas pelos/as entrevistados/as quando defrontados com as especificidades de trabalhar na ciência. Dificilmente se reconhecem como trabalhadores assalariados, ou comentam seus problemas como parte dos problemas de uma categoria – os problemas seriam vivenciados como experiências privadas, particulares, que não dizem respeito a um conjunto de pessoas em iguais condições de trabalho, sendo por tanto impertinente propor políticas alternativas com base na experiência particular. Compatibilizar profissão e família seria, para a grande maioria dos e das entrevistadas, um problema dos casais, das pessoas, da esfera privada, e não um problema das políticas científicas, por tanto da esfera pública. Ao nosso ver, aqui se encontra o aspecto principal da discriminação de gênero

SérieAnis

Bioética • Ética • Feminismo • Gênero • Direitos Humanos • Justiça • Desenvolvimento Social

no mundo científico: no reconhecimento da atividade profissional do cientista como uma atividade dependente e assalariada, e, paralelamente, na melhor articulação dos mundos da vida familiar e da vida profissional. As políticas, se verdadeiramente públicas, deveriam propiciar essas mudanças.

Referências Bibliográficas

CONSELHO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO CIENTÍFICO E TECNOLÓGICO (CNPq), *Directorio de Pesquisadores - ano 2000*, Brasília, 2002.

CORTÁZAR, Marisa G. de y LEÓN, María A. G. de, *Mujeres en Minoría. Una investigación sociológica sobre las catedráticas de universidad en España*, Centro de Investigaciones Sociológicas, Madrid (1997).

GIFFIN, Karen Mary. "Produção do conhecimento em um mundo "problemático": contribuições de um feminismo dialético e relacional". *Revista Estudos Feministas*. 2006, vol.14, n.3, pp. 635-653. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ref/v14n3/a04v14n3.pdf>

GERGEN, Mary Mc C. (ed.), *O pensamento feminista e a estrutura do conhecimento*, Rosa dos Tempos/EdUnB, Brasília, 1993.

GUIMARÃES, R., LOURENÇO, R. Y COSAC, SILVANA, "O perfil dos doutores ativos em pesquisa no Brasil", in: MINISTÉRIO DA CIÊNCIA E TECNOLOGIA, *Parcerias Estratégicas*, Número 13, Brasil, Dezembro 2001.

HARAWAY, Donna J., *Ciencia, cyborgs y mujeres*, Cátedra, Madrid, 1995.

HARDING, Sandra, *Ciencia y feminismo*, Morata, Madrid, 1996.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA Y ESTATÍSTICA (IBGE), *Pesquisa Nacional por Amostra de Endereços (PNAD)*, Brasília, 1999.

KELLER, Evelyn F., *Reflexiones sobre género y ciencia*, Alfons el Mágnum, Valencia, 1991.

LEON, María A. G. de, *Elites Discriminadas*, Anthropol, Barcelona/Bogotá, 1994.

LOPEZ, Estela, "Participación de la mujer en la administración universitaria", *Revista Interamericana de Gestión Universitaria*, Nro. 7, IGLU, Canadá, 1994, p. 33-40.

LOPEZ, Cándida M. (ed.), *Feminismo, ciencia y transformación social*, Universidad de Granada, Granada, 1995.

MINISTÉRIO DE EDUCAÇÃO E CULTURA (MEC), *instituto nacional de estatística e pesquisa (inep)*, Brasília, 2000.

MONTECINO, Sonia y OBACH, Alexandra (comps.), *Género y Epistemología. Mujeres y disciplinas*, Universidad de Chile/LOM, Santiago, 1999.

MOSCONI, Nicole, *Diferencia de sexos y relación con el saber*, Ediciones Novedades Educativas, Buenos Aires, 1998.

PAIRO, Nuria S. i, *Mujeres científicas de todos los tiempos*, TALASA, Madrid, 1997.

ROSEMBERG, Fúlvia, "Educação Formal, Mulher e Gênero no Brasil Contemporâneo", *Revista Estudos Feministas*, Vol. 9, N. 2, 2001, p. 515-540.

TABAK, Fanny, *O laboratório de Pandora – Estudos sobre a ciência no feminino*, Garamond, Rio de Janeiro, 2002.

YANNOULAS, Sílvia C., VALLEJOS, A., LENARDUZZI, Z. "Feminismo e Academia". *Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos*. v.81, p.425 - 451, 2003. Disponível em: <http://www.rbep.inep.gov.br/index.php/RBEP/article/viewFile/131/131>

YANNOULAS, Sílvia (coord.), *A convidada de pedra*, FLACSO/Abaré, Brasília, 2004.

NOTAS

¹ Sílvia Yannoulas é Licenciada em Ciências da Educação pela Universidade de Buenos Aires, Mestre em Ciências Sociais com menção em Educação pela Faculdade Latino-americana de Ciências Sociais / Sede Acadêmica Argentina (FLACSO/Argentina), e Doutora em Estudos Comparados sobre América Latina e o Caribe pelo Programa Conjunto FLACSO/Brasil – Universidade de Brasília. Professora Adjunta do Departamento de Serviço Social da Universidade de Brasília, e Pesquisadora Internacional da Faculdade Latino-americana de Ciências Sociais.

² Projeto de Pesquisa desenvolvido no período 1998-2003, com apoio do CNPq e do MTE, sob coordenação de Sílvia Yannoulas e com a participação de 12 colaboradores brasileiros e argentinas. Os principais resultados foram publicados (ver YANNOULAS, 2004).

³ O trabalho de campo foi realizado por Sílvia Yannoulas e Patrícia Timo Britto (FLACSO/Sede Acadêmica Brasil), entre junho e dezembro de 2002. Consistiu na realização de dez entrevistas junto à liderança em diversas áreas da Ciência e da Tecnologia (com ênfase no âmbito das ciências denominadas "duras"), e na coleta e compilação de documentos oficiais sobre políticas públicas de ciência e tecnologia -

SérieAnis

Bioética • Ética • Feminismo • Gênero • Direitos Humanos • Justiça • Desenvolvimento Social

conforme orientações gerais do projeto regional (ver www.catunesco.org.ar). Os objetivos da pesquisa regional eram analisar representações e propostas de política pública para estimular a equidade de gênero na ciência e na tecnologia em diversos países latino-americanos. O relatório final foi elaborado em 2003 e editado em 2004 por Lilia Farrell.

⁴ Para uma aproximação ao fenômeno do androcentrismo incluído na ciência, ver, entre outros: GERGEN, 1993; HARAWAY, 1995; HARDING, 1996; e KELLER, 1991.

Bibliotecária Responsável:

Kátia Soares Braga (CRB/DF 1522)

Editora Científica:

Debora Diniz

Editores Executivos:

Cristiano Guedes
Fabiana Paranhos

Conselho Editorial:

Alessandra Barros
Dirce Guilhem
Marilena Corrêa
Roger Raupp Rios
Sérgio Ibiapina Costa
Sílvia Yannoulas
Tatiana Lionço

Qualis Filosofia/Teologia C Local/Capes

A **SérieAnis** é uma publicação seriada da Anis para divulgação de resultados de pesquisa sobre ética, bioética, direitos humanos, direitos reprodutivos, sexualidade, gênero, feminismo, deficiência, desigualdade, raça e justiça social. São publicados trabalhos originais, cujo objetivo é promover a discussão acadêmica.

Tiragem:

50 exemplares

Endereço:

Editora LetrasLivres
Caixa Postal 8011
CEP 70.673-970
Brasília-DF Brasil
+55 61 3343 1731
serieanis@anis.org.br